

Plano e Orçamento Anual 2011 - Ambiente

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Em 2002, dez anos depois da assinatura da Convenção Sobre Biodiversidade, a Conferência das Partes signatárias adoptou um plano estratégico visando a redução significativa da taxa anual de perda de biodiversidade nos níveis global, nacional e regional.

A terceira edição do Relatório Panorama da Biodiversidade Global, publicado em 2010 pelo Secretariado da Convenção, refere que, apesar de a meta não ter sido atingida a nível global, a sua existência contribuiu para estimular acções de preservação da biodiversidade, muitas das quais registaram resultados significativos e mensuráveis às escalas nacional e regional.

O desenvolvimento de legislação relacionada com a biodiversidade, a ampliação das áreas protegidas em terra e em água costeira, o estabelecimento de mecanismos de avaliação de impacto ambiental e a promoção do envolvimento da comunidade na gestão dos recursos biológicos são algumas das acções inspiradas pela luta contra a perda de biodiversidade.

Nos Açores, a conservação da natureza e, conseqüentemente, a preservação e a recuperação da biodiversidade têm merecido uma atenção particular e o desenvolvimento de acções que demonstram, não só que é possível inverter as perdas de biodiversidade como, também, que o desenvolvimento de projectos nesta área de intervenção pode ter impactos significativos na dinâmica social e económica.

Cabe aqui destacar as organizações não governamentais de ambiente e outras associações equiparadas, as quais têm desenvolvido um trabalho de valor inestimável em matéria ambiental, constituindo-se como parceiras não apenas na informação, sensibilização, educação e formação ambientais mas, também, na gestão de ecotecas, centros de interpretação e outros

equipamentos, no controlo de trilhos e na execução de projectos de conservação da natureza.

A acção destas associações, que conta com o apoio financeiro e empenhado do Governo Regional, tem contribuído decisivamente para o sucesso das políticas ambientais da Região e para o fomento da participação do público nos diversos níveis de intervenção.

O Projecto Life Priôlo, que teve resultados extraordinários ao nível do aumento da população desta espécie de ave e que dinamizou a economia local, quer através da aquisição de bens e serviços ao tecido empresarial, quer através da criação de postos de trabalho, ilustra bem o que acabei de afirmar. No passado mês de Junho, este projecto foi reconhecido como um dos cinco melhores na Europa.

A continuação de acções de erradicação de organismos invasores, que regista em 2011 um aumento de sensivelmente 17% no valor da respectiva dotação, merece igualmente destaque. A invasão por espécies exóticas, ao causar o desaparecimento de espécies e ao gerar perturbação no nosso património natural, é um dos factores que mais contribui para a perda de biodiversidade.

Num contexto marcado pelos efeitos da crise internacional, o Plano Anual Regional para 2011, que o Governo submete à apreciação desta Câmara, mantém a linha de rumo traçada pelos Planos anteriores e aumenta substancialmente a dotação prevista para a conservação da natureza.

Reconhece-se, assim, não apenas o papel da biodiversidade para a sustentabilidade da vida humana mas, também, o dever de preservar, para as gerações futuras, o extraordinário legado de bens e serviços ambientais que recebemos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

A prosperidade económica sustentável depende de uma abordagem que garanta a manutenção da base de recursos naturais.

Fenómenos como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade, a gestão não sustentável dos recursos hídricos e os impactes da poluição na saúde são desafios ambientais subsistentes

que demandam opções de investimento ajustadas à reversão dos seus efeitos adversos.

Uma gestão adequada dos resíduos, baseada na prevenção da sua produção e na recuperação do seu valor, que tenha em conta a protecção dos ecossistemas e da saúde pública, constitui um eixo fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

A política de planeamento e gestão de resíduos da Região assenta na necessidade de proporcionar uma elevada protecção do ambiente e da saúde humana, contribuindo, simultaneamente, para o desenvolvimento social e económico.

A configuração geográfica da nossa Região, marcada pela dispersão e pela distância, exige, na primeira fase de implementação do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, um esforço acrescido na construção de infra-estruturas de base destinadas ao tratamento, valorização ou eliminação de resíduos, que está patente no quadro do Plano Regional Anual para 2011.

Os investimentos em curso, aliados aos programados para 2011 dotarão a Região de infra-estruturas fundamentais para a gestão de

resíduos, que garantirão a qualidade do serviço e a protecção ambiental adequadas.

Com uma produção de resíduos urbanos anual *per capita* de cerca de 510 kg, os Açores registaram, em 2009, um valor médio de retoma de resíduos de embalagem *per capita* de 42 kg, valor este que se situa 35% acima do valor nacional.

É um número animador mas ainda insuficiente.

A dotação da Região de ecocentros, centros de valorização orgânica por compostagem, centros de triagem e estações de transferência permitirá resultados ainda mais estimulantes.

São investimentos que apelam a uma maior atenção à recolha selectiva por parte das autarquias e que só terão sucesso com o contributo activo da população.

Sabendo que as opções de investimento de hoje determinarão os resultados ambientais futuros, releva-se a prioridade atribuída à gestão de resíduos e à implementação do seu plano regional de gestão que, com uma dotação de 17 milhões de euros, sublinha o papel das políticas ambientais no desenvolvimento da Região.

Este Plano demonstra, ainda, que mesmo num quadro desfavorável e de austeridade, é possível manter estáveis os níveis de investimento público, respondendo aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento.

Horta, Sala das Sessões 25 de Novembro de 2010

A Deputada Regional

Isabel Almeida Rodrigues